

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA 13JUN2011**

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** (9h26min) Estão abertos os trabalhos da presente Audiência Pública. Prestigiam esta solenidade as senhoras e senhores desta Casa Legislativa, o Ver. Elói Guimarães, O Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. João Antonio Dib, o Ver. João Carlos Nedel, a Sra. Eni Canarin, Presidente da Associação das Mulheres Negras Gaúchas; a Sra. Eunice Flores, Presidente Estadual do PMDB Mulher; a Sra. Maria Tereza Cunha, Vice-Presidente do Movimento de Resistência Leonel Brizola, PDT de Curitiba; a Sra. Andreia Cledes, Presidente do PSDB Mulher; a Sra. Carolina Alencar, representando o Partido Pátria Livre; a Sra. Isabel Nardes, representando o Movimento das Mulheres Progressistas; a Sra. Christiane Casapiccola, Assessora do Deputado Paulo Odone; a Sra. Veridiana Tonini, Suplente do Senador Paulo Paim; O Sr. Celso Bernardi, Presidente Estadual do Partido Progressista; o Sr. José Antonio dos Santos da Silva, representando o Movimento Social Negro; o Sr. Marcelo Cantagalo, Assessor Parlamentar do Comando Militar do Sul; a Sra. Maria Elena Estrazulas, representando o Gabinete dos Prefeitos; o Sr. Newton Braga Rosa, Secretário do Inovapoa; o Deputado Estadual Frederico Antunes.

Convidamos para compor a Mesa: a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, Exma. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; a Sra. Ana Amélia Lemos, Senadora da República; a Sra. Márcia Santana, Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres; a Sra. Sônia Vaz Pinto, Secretária Municipal de Administração, neste ato representando o Sr. José Fortunati, Prefeito Municipal de Porto Alegre; o Ver. Adeli Sell; o Ver. Sebastião Melo. O Senador Pedro Simon ainda não se encontra aqui, mas nós o aguardamos.

Estarão abertas as inscrições, após os pronunciamentos, para as representantes dos Partidos que quiserem fazer um aparte ou contribuir para a nossa audiência pública.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, Presidente da Casa, está com a palavra.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** É uma honra recebê-los e recebê-las. Gostaria de agradecer à Senadora Ana Amélia pela iniciativa de chamar uma audiência pública da CCJ, do

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

Senado, aqui em Porto Alegre, e especialmente pelo corte de gênero, pela discussão da participação das mulheres e a responsabilidade que o Brasil tem nessa reforma política de refletir essa participação.

Quero parabenizar e agradecer a iniciativa e o trabalho do Ver. Adeli Sell e do Ver. Sebastião Melo, e, em nome deles, cumprimento todos os colegas Vereadores, dando o meu abraço de retorno, porque estiveram afastados por uma semana. Agradeço a presença de todos aqui e o prestígio. Esta Casa que não se furta aos grandes debates nacionais, sabe da sua responsabilidade com eles.

Cumprimento a Márcia Santana, nossa Secretária, e a Sônia, nossas mulheres que respondem por tarefas importantíssimas na Cidade e no Estado. Cumprimento os Deputados aqui presentes.

Apenas à guisa de introdução, já adiantei, Ana Amélia, mas acho importante compartilhar com todos vocês. O tema de gênero e as razões da pequena representação das mulheres nos Parlamentos não estão entendidos pela sociedade, Ana Amélia. Na fala do Henrique Fontana, na Federasul, nosso Relator da reforma, eu questionava esse tema, e o Henrique dizia que sobre tema ele ainda não tem... E aí o desafio para todos os Partidos, para as mulheres representantes dos Partidos aqui presentes: ele quer fazer um relatório para aprovar e diz que entende que ainda não há condições políticas de mobilização suficientes no País, para aprovar a lista, meio a meio, que foi aprovada numa Comissão do Senado, na CCJ do Senado. E ele está aguardando as sugestões, as propostas do Movimento de Mulheres.

Também quero compartilhar com vocês que houve reação, naquela reunião, de algumas mulheres perguntando por que tem que haver cota e de outras perguntando por que não concorrem em condições iguais. As mulheres são, hoje no Brasil, apenas 8,6% dos parlamentares, na média brasileira, que é a metade da média mundial: a média mundial é de 16,6% de representação. Nós perdemos, por exemplo, para Ruanda, onde 48,8% são mulheres; Suécia, 45%; Noruega, 37%; Dinamarca, 36%; Argentina, aqui do lado, 35% são mulheres, é a média do Parlamento. Na América do Sul, nós estamos no 107º lugar de representação de mulheres nos Parlamentos. Claro, em 1932, nós conquistamos voto, e há questões muito interessantes. Em 1962, o Estatuto da Mulher Casada dizia que as mulheres só poderiam viajar com autorização do marido. Bom, o casamento era um vínculo que não podia se quebrar. Só em 1988, nós igualamos mulheres e homens. Mas

não é só um problema legal, isso é um retrato, ainda, do sexismo, da pré-determinação das mulheres; o lugar delas, desde criança, é pré-determinado culturalmente. Aí, é muito difícil para quem, majoritariamente, se responsabiliza pelas tarefas de reprodução da vida. Eu peço desculpa aos homens, mas é importante fazermos essa reflexão. Se ainda, majoritariamente, as mulheres, Ana Amélia, cuidam da reprodução da vida, tão vital para todos nós, dos cuidados da casa, dos filhos, é óbvio que elas têm muito menos condições e tempo para se dedicar às coisas públicas.

Esse é um dos elementos, mas eu quero, ainda, desafiando os nossos Deputados, lembrar que a Câmara dos Deputados tem 184 anos – se os dados não me falham – e nunca teve uma mulher como Presidente, em 184 anos! São 45 mulheres hoje, dos 513 membros, o que representa 8%. Esses dados, mais do que indicar que é importante estar em ambos, acho que dão uma consequência dramática para o País, porque a fala e o poder das mulheres podem alterar a condição da mulher na sociedade, em uma sociedade extremamente machista e violenta com a mulher, que paga um valor menor para o trabalho da mulher. Só o movimento das mulheres e dos homens e uma reflexão séria sobre esse tema, nesse processo de debate sobre a Reforma Política, pode alterar ou dar algum passo adiante nessa história.

Esse é o desafio. Com essa consciência e com muito orgulho, recebemos essa Audiência Pública, Ana Amélia, e queremos que ela possa trazer contribuições, que seja um momento de contribuição para o debate nacional.

Estamos esperando o Senador Pedro Simon, que talvez ainda chegue.

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Eu gostaria de saudar as presenças da Sra. Iara Wortmann, Presidente Estadual do PPS, e da Sra. Ana Regina Gorski Rodrigues, Presidente Estadual da Mulher Progressista.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

**O SR. ADELI SELL:** Bom-dia à Senadora Ana Amélia Lemos; em seu nome, cumprimento a todos e a todas. Só quero reforçar para essa plateia que nós estamos em um Fórum de 14 Partidos políticos, fazendo não só um conjunto de debates, Senadora Ana Amélia, mas anotações de proposições que nos chegam. É importante que hoje possamos passar para os nossos Senadores elementos importantes de cada uma das

mulheres que estão aqui. Hoje é o dia, antes de mais nada, para colocar todas essas questões de gênero e, como já foi colocado em outros debates também, temos muito caminho ainda a percorrer. Portanto, com muita ousadia, com muita determinação e atitude, como a nossa juventude diz, precisamos ter muita “pegada”, para que a gente possa colocar todas as questões de gênero na conjuntura neste momento e fazer uma Reforma Política efetiva e não apenas um “remendo” eleitoral. São essas as minhas opiniões nesse momento, querendo, antes de mais nada, ouvir. Obrigado.

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada, Vereador.

O Ver. Sebastião Melo está com a palavra.

**O SR. SEBASTIÃO MELO:** O meu abraço coletivo à nossa Presidente, à nossa Senadora e aos demais componentes da Mesa, especialmente a todos os que comparecem ao nosso Plenário Otávio Rocha.

Eu quero, neste um minuto e meio, dizer aos senhores que Porto Alegre tem muitas riquezas, mas uma delas, Senadora, é o controle social acima da média das capitais brasileiras. Nós, 14 Partidos políticos, de forma muito plural, de forma muito responsável e coletiva, já estamos aqui fazendo o sétimo encontro: alguns são divulgados na imprensa; outros não. Nós vamos finalizar essa série de encontros na sede da Ordem dos Advogados – Seccional RS, em um grande evento, no qual os Partidos políticos querem dar a sua contribuição aqui em Porto Alegre, para uma Reforma Política que até pode não sair!

Eu quero aqui reafirmar o que tenho dito várias vezes: a democracia brasileira precisa se redemocratizar. Não há mais espaço para ideias da política hoje. Infelizmente, digo isso, e estou nesta Casa por três mandatos. Dificilmente, o povo, hoje, chega aos Parlamentos. Vale o dinheiro, valem os *lobbies*, valem as corporações; agora, o sujeito avulso, dificilmente chega. Então, a Reforma Política no Brasil não pode ser para os políticos, tem que ser para a democracia, que, com muito custo, este País conquistou, nas esquinas democráticas da vida, por esse Brasil afora.

Por isso, com muita alegria, Presidente Sofia, nós estamos aqui neste debate especialíssimo, o qual nós, homens, queremos auxiliar e quem comanda são vocês. Acho que esta caminhada é uma dura caminhada que vem de longo tempo e não pode haver

discriminação, sem dúvida alguma – não é discriminação só na política, as mulheres são discriminadas em tudo e, também, na política. Por isso sucesso! Esperamos que, nesta Audiência, a gente possa avançar, e que ganhe o Brasil. Não sou tão entusiasmado e nem tão desentusiasmado com a Reforma, mas, no seu tempo e na sua hora, ela tem que vir. E Porto Alegre, Capital do Rio Grande, politizada, de tantas lutas, não pode deixar de dar a sua contribuição. Muito obrigado.

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigado, Vereador, pelas suas palavras.

Passamos a palavra a Sra. Márcia Santana, Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres.

**A SRA. MÁRCIA SANTANA:** Bom-dia a todas e a todos, uma saudação especial à Senadora Ana Amélia, junto com a Comissão do Senado, que tomou esta importante iniciativa de discutir e propor – discutir principalmente aqui na nossa Capital, a Capital gaúcha – este debate da Reforma Política. Quero saudar o Ver. Adeli, a nossa Presidenta Sofia, a Sônia, na representação do nosso Prefeito Fortunati, o Sebastião Melo; mas quero saudar principalmente as mulheres que aqui estão e que são representações partidárias. Quero saudar os nossos homens amigos, parceiros e aliados, Deputados Estaduais, Deputado Frederico Antunes, mas faço questão de frisar a importância da saudação especial, porque é no bojo dos Partidos políticos que as principais mudanças, do ponto de vista de agir na socialização e na cultura, se dão.

Nós vivemos um momento, Senadora Ana Amélia, muito importante com a questão da Reforma Política. As reformas são fundamentais para o processo de democratização, para o aprofundamento das relações da democracia brasileira. E a Reforma Política, dentre uma delas, vem num momento também fundamental. Agora, nós tivemos a minirreforma política e, dentro dela, tivemos também algumas amarras, e, sem querer utilizar uma expressão pejorativa, alguns remendos, para que a gente tivesse condições de tocar algumas questões da mesma forma dentro do processo da Reforma Política. Mas nós sabemos que isso não foi e não está sendo suficiente, Senadora. Nós temos, hoje, a representação política de mulheres no Brasil muito aquém do que deveríamos ter. Nós temos, hoje, uma garantia de 30% de representação de quotas dentro de Partidos que

não é, efetivamente, fiscalizada! Então, nesses momentos em que a gente discute a necessidade dessas profundas reformas e mais a construção de uma nova cultura política de afirmação dos direitos das mulheres, eu quero falar que essa sub-representação das mulheres expressa também algumas vulnerabilidades, quando falamos da questão étnica, quando falamos da questão geracional. E essas distorções e essas discrepâncias nós percebemos aqui.

Certamente, se nós tivermos uma condição igual, uma lista igual, proporcional, que são alguns elementos que depois servirão para os debates, onde nós tivermos uma garantia de igualdade, nós faremos, sim, uma ação afirmativa que permitirá que as mulheres tenham sua garantia de formação política, a sua garantia de financiamento público, porque nós sabemos que nós sempre ficamos secundarizadas dentro desses processos. É preciso, sim, amarrar na lei, e que a lei exija dispositivos que fiscalizem de forma efetiva esses direitos. É fundamental!

Então, eu gostaria de saudar esta iniciativa, dizer que a Secretaria de Políticas para as Mulheres, dentro da sua dimensão, dentro do eixo que trabalha a cidadania e a efetivação de direitos, Senadora, também está trabalhando essas questões de formação de Vereadoras, de alimentar quadros importantes de lideranças comunitárias, mulheres que precisam emergir desse processo. Eu sempre digo que é como se fosse um *iceberg*, as mulheres muitas vezes estão ali prontas para emergir, mas não conseguem por conta desta crosta, que é uma crosta conservadora, que é uma crosta cultural, que não permite que essas mulheres ascendam, que não permite que se viabilize, que se flexibilize, que as mulheres despontem, avancem e possam contribuir com uma grande tarefa, que é mudar uma cultura desigual que nós vivemos no Brasil, no Rio Grande do Sul, no mundo inteiro. Muito obrigada, estamos à disposição para contribuir neste debate.

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada, Márcia Santana. Registro a presença do Senador Pedro Simon, que acaba de chegar. (Palmas.)

A Sra. Sônia Vaz Pinto, Secretária Municipal de Administração que está representando, neste ato, o nosso Prefeito José Fortunati, está com a palavra.

**A SRA. SÔNIA VAZ PINTO:** Bom-dia. Quero cumprimentar aqui a nossa Presidente da Casa, Ver.<sup>a</sup> Sofia, por sua bela iniciativa. A Casa também está de parabéns! Quero

cumprimentar os nossos Vereadores que estão na Mesa, o Adeli e o Sebastião. Cumprimento a todos os demais Vereadores; o nosso querido Senador que acabou de chegar, seja bem-vindo, nós precisamos de homens como o senhor para caminharmos na jornada da reforma política. Cumprimento a nossa querida Senadora Ana Amélia Lemos, é um prazer enorme revê-la, temos certeza de que o seu papel vai ser imprescindível para nós. Quando hoje tomamos conhecimento de que somos a 107ª capital, que estamos realmente com uma cota de 30%, é bastante preocupante. É muito preocupante, e a gente sabe que nesta Reforma Política é imprescindível que entre essa pauta da representação da mulher no Parlamento. Nós, mulheres, queremos não estar atrás, não estar na frente, mas estarmos ao lado. Eu acredito que, quando conseguirmos essa parceria, esse direito de estarmos lado a lado, nós poderemos ter certeza de que caminharemos para a justiça e para um mundo melhor. Também quero cumprimentar os representantes de partidos, lembrando da essencialidade de conscientizarmos as nossas mulheres, que, assim que conseguirmos chegar a essa quantidade, essa equidade, nós precisamos ter mulheres dispostas, afinadas para concorrer. Obrigada, um abraço a todos. (Palmas.)

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada, Sônia.

Gostaria de passar a palavra, dando início à nossa audiência, ao Excelentíssimo Senador da República, Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON:** Excelentíssima Sra. Presidente, querida Ver.<sup>a</sup> Sofia, que é a terceira Presidente nesta Casa. Nós recém teremos, daqui a uns dois anos, a primeira, que vai ser a Ana Amélia, porque até agora não tivemos nem na Câmara e nem no Senado. Querida Ana Amélia, eu quero dizer que é impressionante a sua competência e a sua capacidade no Congresso Nacional. Eu só não posso dizer dos anos que ela trabalhou no jornalismo, porque os anos que ela trabalhou no jornalismo parece a idade que ela tem. Com a experiência que ela teve no jornalismo – rádio, jornal, televisão –, os dois grandes fenômenos hoje no Senado são ela e a que está na Casa Civil. Só falta ela ir para o Governo. Vocês já imaginaram, a partir deste fim de semana, quando a imprensa noticiar que vai se reunir o grupo duro do Governo, que é: a Chefe da Casa Civil; a Presidente da República; uma que é dura mesmo, a Ideli Salvatti; a Ministra do

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

Planejamento e a Ministra da Imprensa, encarregada do Setor do Jornalismo. Chegamos no paraíso das mulheres! Mas eu fico impressionado pela capacidade e competência da Ana Amélia. E eu, nos meus 80 anos de idade, sessenta e tantos de política, 32 de Senador, digo, com orgulho, que os dois melhores Senadores que temos hoje em Brasília é a Ana Amélia e o Paim. (Palmas.) Para quem está saindo como eu, realmente é uma alegria muito grande! O Paim é excepcional pelo o que ele faz! Por exemplo, a TV Senado só transmite reuniões da Comissão de Justiça, da Comissão de Economia. E o Paim, na sua Comissão de Direitos Humanos, marcou reunião para sete e meia da manhã. Todo mundo questionou: Sete e meia? Mas tá louco? Nunca ninguém chegou antes das 9h! Ele reúne a Comissão às 7h30min, lotada; reúne os grupos sociais, lotada. E todo mundo, hoje, está acostumado a ligar a TV Senado às 7h30min, e lá está o Paim e a equipe dele. Quero felicitar a Sra. Presidente, o meu amigo Melo, eu sei como o Melo está se sentindo, foi dois anos Presidente, se considerava o tal e agora é mandado por uma mulher... Nós estamos todos nessa democracia! Porque essa idéia de reunir, eu acho muito bacana. São 14 Partidos políticos para debater os problemas da Constituição, e é muito positivo. A ideia da Ana Amélia de fazer com que nós, os Senadores de Brasília, andemos pelas várias capitais para fazer esse tipo de discussão, também é muito importante.

Eu digo que paguei os meus pecados, porque sou parlamentar a vida inteira, desde Vereador em Caxias; só não fui parlamentar na hora da Constituinte, quando era Governador e pagava todos os meus pecados! Todo fim de semana ia a Brasília e vi, que acho difícil encontrar no mundo, uma Constituição – e você, como jornalista, pode confirmar –que foi tão debatida, tão discutida, com tanta participação popular. O Congresso parecia que estávamos na constituinte grega: povo entrava, saía; rico, pobre, estudante, trabalhador, líder sindical; o debate foi total. Agora nós estamos querendo tentar fazer alguma coisa. Não é fácil! Eu sou pessimista. Não quero que a Ana Amélia, cheia de entusiasmo, com a sua capacidade e competência, fique desanimada com o que eu falo. Eu não acredito em grandes reformas feitas no Congresso Nacional, se não houver uma grande pressão popular. Desde a Constituinte até agora, reforma para valer foi quando o povo apareceu. O próprio *impeachment*; e agora a Ficha Limpa, que foi um milagre! Porque era quase certo que o Congresso não votava. Ninguém queria votar. A rigor ela foi aprovada de uma maneira inesperada. Os senhores sabem que o Brasil é bicameral, tem Câmara e Senado; vota a Câmara, vai para o Senado; se o Senado

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

emenda, volta à Câmara. Ou vota no Senado, se a Câmara emenda, volta para o Senado. Toda iniciativa que sai Senado e vai para a Câmara não volta mais, porque quem dá a última palavra é o Senado. Acontece, às vezes, de algum projeto muito importante, o Senado vota e depois vai para a Câmara. O projeto do Senador fica escondido na gaveta. E aí um Deputado apresenta um projeto igual, mas é de iniciativa da Câmara e vai para o Senado para depois voltar para Câmara.

Esse Projeto da Ficha Limpa foi de iniciativa da sociedade, tendo à frente a OAB e a CNBB. Veio, e a certeza absoluta de que ele não passaria. Aí a Câmara votou por causa da enorme pressão da sociedade, daquela gurizada. Era véspera de eleição, e então a Câmara votou, mas de uma maneira bem maluca que era para o Senado trazer de volta. Eles disseram que votariam, voltaria para o Senado, ou dormiria no Senado, voltaria para Câmara e eles rejeitariam, ou nem isso, deixariam na gaveta, porque não haveria mais tempo. E foi para o Senado. Tinha mil coisas para mudar. E houve o entendimento entre todos os Senadores – e nós conseguimos – de que ninguém vai emendar o Projeto. Nós votamos o Projeto como veio da Câmara, e fizemos um acordo entre nós: está cheio de coisas equivocadas e que têm que mudar, mas vamos votar como veio da Câmara, que aí é aprovado, e depois vamos emendar. O pessoal da Câmara ficou fulo de brabo! E até os Senadores, quando foram ver, ficaram fulos de brabos, mas foi aprovado! Então é muito difícil a gente conseguir aprovar na Câmara.

Está acontecendo uma coisa excepcional lá no Senado. A Ana Amélia é membro da Comissão. O Presidente Sarney designou uma Comissão de notáveis para discutir a Reforma da Constituição. E essa Comissão foi feita e está trabalhando muito bem. Reuniram uma comissão de Senadores de primeira grandeza, excepcionais, diga-se de passagem, sem povo, com Senadores. Eles se reuniram, votaram um negócio que tem de tudo que se possa imaginar, altamente positiva a votação. Só que votar ali é fácil, quero ver votar no plenário. Então, votaram tudo o que se possa imaginar. Suplente de Senador, hoje tem dois suplentes, é ridículo; tirou a figura do suplente que é só um. O Senador não pode ocupar Ministério, não sei o quê, essa coisa toda, não tem mais essa história. O Senador se elege Governador, o Suplente dele é o pai, o filho ou a mulher. Os últimos que aconteceram no Senado foi exatamente assim: o pai, o filho ou mulher. No final da Legislatura passada, tinham assumido 33 suplentes. Terminou com isso, não pode ser parente. Acho que foi altamente positivo. Uma coisa que é rotina, ridículo, mudou a posse

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

de Governadores, Prefeitos e Presidentes. O Presidente da República e Senadores assumiam em 1º de janeiro; fica aquela história, como é que o Governador vai assumir e depois vai à posse do Presidente? Não pode vir representação de país nenhum, porque quem vai sair de casa, do seu país no dia 1º de janeiro? Mudou. Há uma discussão muita intensa se o voto é obrigatório ou não. Foi aprovado o voto obrigatório. Algumas pessoas não vão gostar do que vou dizer, mas sou a favor do voto obrigatório. Eu acho que foi o que a Comissão aprovou, voto obrigatório. Não sei por que, está certo que nos Estados Unidos, é famoso, o voto não é obrigatório e metade não vota. A eleição do Obama ficou famosa, porque ele conseguiu estimular os jovens, e os jovens depois de muito tempo votaram. Lá é em um dia da semana, um dia comum, não tem nem espaço, são apenas duas horas para se votar, cada um se vira para votar na hora que tem que votar. Eu acho que não tem nada porque não o voto no Brasil ser obrigatório por muito tempo ainda. Não tem problema, não quer votar não vota, depois tu dá uma explicação, e não votou. Quer votar em banco, vota em branco. Acho que votar é uma obrigação, sinceramente, acho que no Brasil está correto, e foi boa a decisão da comissão. Uma coisa interessante que a comissão decidiu foi sobre a coligação. Hoje, uma das coisas mais ridículas que têm são as coligações para Vereador, para Deputado Estadual, para Deputado Federal. A Comissão permitiu que continuassem as coligações para Prefeito, para Governador, para Presidente, as coligações majoritárias, agora, Vereador, não. Se vota em Vereador de um Partido, está votando no outro, não sabe em que está votando. Às vezes acontece como aconteceu em São Paulo que um cidadão fez um milhão e quatrocentos mil votos, elegeu 10, 12 Deputados de quatro, cinco Partidos diferentes. Um foi muito bom, grande Deputado, que é o Delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz, se elegeu com três mil votos. Então, terminou. Não tem coligação de Partido para eleição proporcional. É uma coisa que considero positiva. Sistemas eleitorais é uma das questões mais complexas que existem. Foi aprovada a lista. A lista é boa e é ruim. Se o Brasil fosse um grande país, com Partidos fortes, com conteúdo, com seriedade, seria o ideal. Se nós tivéssemos três, quatro grandes Partidos, então se vota no Partido. Agora, no Brasil, os Partidos... Se fizer lista, no Rio Grande do Sul, eu não digo, mas, no Nordeste, vai ter lista que tem o pai, a mãe, o filho, a avó, tudo ali na lista. É ridículo, mas é uma discussão que está sendo travada. E as mulheres aqui já entram dizendo que querem na lista uma mulher e um homem, intercalado, para que na hora da votação seja igual o número de

Deputados e o número de Deputadas. Financiamento público de campanha é algo da maior importância no Brasil. Por exemplo, o Simon é candidato a Governador, ou a Senador, ou a Deputado; o Johannpeter também é, ele tem dez milhões em dinheiro mais do que eu, e ele não pode usar na campanha dele nem o dinheiro dele. A verba é “x”, o Governo dá aquela verba e todo mundo é com a mesma verba. Mas alguém diz para a gente: “Pô, Senador! Os vigaristas vão lá, não trabalham, enriquecem, e ainda temos que pagar a campanha deles?!” Em parte, têm razão, mas não pensem que esses candidatos que estão aí, os seus Palocci da vida, vão fazer a campanha com o dinheiro deles. Vão fazer a campanha com dinheiro de empreiteira, com dinheiro de banco, com dinheiro de não sei mais quê, e dinheiro que é carimbado, depois volta em forma de favores e vantagens. Se você vê na lista dos contribuintes dos que deram dinheiro para a campanha eleitoral, você vai ver que nessa lista tem uma ligação com o dinheiro que eles deram para o cidadão. Ele ganhou um “x”, depois você vai ver nas empreiteiras que ganharam obras, que fizeram realizações, que o atendimento é direto. Então, verba pública de campanha é uma questão realmente sensacional, porque hoje a Justiça Eleitoral finge que fiscaliza, mas, na verdade, não tem nem como fiscalizar. Então, esse negócio de gastar dinheiro... Nunca se viu a Justiça fazer coisa nenhuma. Agora, se tu souberes que a verba é a mesma, igual, e se um candidato está com um carro na campanha, e o outro está com 50 carros, fica claro que 50 carros tu não podes ter com aquela mesma verba de campanha. Se um candidato tem cartazes aqui e naquela cidade ali, e o outro tem um mar de cartazes espalhado por todo o Estado, está evidente que ele não está tendo a verba igual de campanha.

Uma discussão muito interessante é sobre a candidatura avulsa, principalmente para Prefeito. Essa é uma discussão realmente muito interessante. A Comissão aprovou. O que é candidatura avulsa para Prefeito? Chega numa cidade um bom médico, um bom líder sindical, um bom professor, uma pessoa que tem destaque, que realiza uma bela obra humanitária e se candidata por conta própria. A Comissão aprovou, e eu fui um dos que, na Comissão de Justiça, votaram contra. Votei contra dizendo que gostaria de ter votado a favor, porque eu reparo que –eu, há muito tempo, na época que eu era dirigente partidário –a grande luta que a gente faz no Interior é para conseguir candidato, principalmente a Prefeito. E a tentativa que a gente faz para conseguir um candidato a Prefeito é conseguir filiar –e já aviso a vocês que este é o problema: quem quer ser

candidato a Vereador e a Prefeito tem que estar filiado no Partido até 15 de outubro, um ano antes –com um ano de antecedência. Muitas vezes, nesse ano de antecedência, a gente não se dá conta, a gente não repara na importância disso. Quando chega lá adiante, a gente não se lamenta, mas o que a gente faz é chegar em muitas cidades do Interior e olhar, e quem pega primeiro sai ganhando. “Quem é um cara aqui que tem grande cartaz, que tem grande nome?” “É o médico Fulano de Tal, ele é formidável.” Teve um caso em que ele terminou Governador, Senador, que era o Mão Santa. Quem era o Mão Santa? Um médico extremamente humanitário e um grande cirurgião, tanto que o nome de Mão Santa é porque ele salvava as pessoas. Terminou Governador, terminou Senador, à custa de ser um grande médico do Interior.

Então, a Comissão opinou no sentido de permitir isso. Eu votei contrariamente, no sentido de que isso iria trazer uma confusão muito grande, porque, se aparecesse isso, no fim, o médico, ou o advogado, ou a dona de casa, ou seja lá quem for, não ia mais nem ser candidato do Partido, ia ser candidatura avulsa. Ele tem nome, tem prestígio, tem credibilidade; entrou no Partido, ele já está desgastado. Agora, se eu não tenho compromisso com ninguém, “isso aí está tudo errado e eu vou mudar tudo”, terminaria fazendo uma confusão dos diabos. Mas é uma tese muito importante essa da chamada candidatura avulsa.

A questão da filiação partidária: para ser candidato, tem que ter filiação partidária. A questão do domicílio eleitoral é uma discussão muito interessante, no sentido de ver se a pessoa tem que estar filiada, o tempo em que está filiada, e a fidelidade partidária é uma das discussões enormes que nós temos na política brasileira. Os Parlamentares não querem a fidelidade partidária, eles querem uma brecha para sair, de um jeito ou de outro jeito. Tanto que quem decidiu pela fidelidade partidária, à revelia do Congresso, foi o Supremo Tribunal. O Supremo Tribunal definiu que existe a fidelidade partidária e já cassou mandatos de parlamentares que mudaram de Partido. Então, agora o que eles estão pensando na Câmara dos Deputados é a chamada janela eleitoral. O que é janela eleitoral? Digamos que ano que vem tem eleição para Prefeito e Vereador. Um ano antes, ou seis meses antes, o cara pode trocar de Partido à vontade, não tem problema nenhum, e, depois que termina a eleição, ele fica no Partido. Em última análise, não tem mais fidelidade partidária. Eu acho que não; eu acho, com toda a sinceridade, que deve haver fidelidade partidária. E tem um problema que é muito delicado, que é o problema dos

percentuais, quer dizer, do limite. A gente discute que, para ter Partido, tem que preencher um percentual do eleitorado, tem que representar um percentual do eleitorado. Isso não é no Brasil, é no mundo inteiro. Muita gente pensa que, nos Estados Unidos, só há os Democratas e os Republicanos. Muita gente pensa que, na Inglaterra, só há os Conservadores e os Trabalhistas. Não é verdade! Partido comunista, nos Estados Unidos, tem de montão! Nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha, a coisa mais fácil é fazer um Partido político. Nós, aqui, saímos daqui, vamos em qualquer cartório comum e fundamos um Partido político. Está fundado o Partido político. Daí a nós termos uma cadeira na Câmara de Vereadores, temos que ter um percentual determinado, temos que ter uma representatividade. No Brasil não. No Brasil, um Partido elege um Vereador, e aquele Vereador está eleito; elege um Deputado, e aquele Deputado está eleito. Não há esse mínimo de participação, e por isso que nós estamos com 40 Partidos e nunca temos consistência na organização dos Partidos políticos. Esse é um debate muito delicado. Mas, quando chega na hora da discussão da meta, há um debate em torno dos chamados Partidos tradicionais, que são o Partido Comunista, o Partido Socialista, que são Partidos que têm história, que têm biografia. São pequenos, mas são os mais antigos que existem. Então, todo mundo tem simpatia em permitir que esses partidos continuem. Na pretensão desses Partidos de continuarem, continuam todos os outros. Por exemplo, agora, qual é o último fato que está acontecendo? O Prefeito de São Paulo não pode mudar de Partido, mas pode criar um Partido novo. Então, o Prefeito de São Paulo está criando o PSD, o velho PSD. O que é o PSD? Diz o Prefeito de São Paulo que é um Partido que não é de esquerda, não é de direita e não é de centro. É do quê? Do que você quiser. E está todo mundo se filiando ao PSD, porque tu podes sair. Eu não posso sair do PMDB para entrar no PT, porque eu perco o mandato, mas posso sair do PMDB para entrar no PSD, que está sendo criado. Então, está todo mundo entrando. Ele já está com 30 Deputados. Está aumentado à vontade. Isso pode. São essas coisas que estamos discutindo e debatendo. E o problema fundamental, que eu gostaria que nós analisássemos aqui, é o problema referente às mulheres. Em primeiro lugar, temos que ver o lado positivo. O lado positivo é que as mulheres estão indo para o seu lugar. Eu sou homem, estou convicto, não tenho nenhuma dúvida, mas eu sou fã das mulheres. Eu acho que, para as mulheres, a melhor coisa que pode acontecer é esse avanço. Eu acho uma coisa impressionante. Se olharmos a história da humanidade, o que significaram de atraso esses milênios em que a

mulher não teve vez e não teve voz! Quando vemos a música clássica, aquelas obras da antiguidade, é só homem, homem e homem. É que as mulheres não podiam. Não é que não tivesse mulher com capacidade de ser um grande nome na Literatura, na Arquitetura, na Pintura, na Música; é que elas não tinham chance, não podiam aparecer. Nasciam com a vocação, mas essa vocação desaparecia. Isso está mudando muito agora. Hoje, a humanidade está avançando. Houve uma época, aqui no Rio Grande do Sul, até ontem, por exemplo, em que herdeiro intelectual, herdeiro político, herdeiro empresarial tinha que ser filho homem; filha mulher não tinha direito. Hoje, essas coisas estão mudando. Basta verificar que a primeira mulher que entrou na Brigada foi no meu Governo. O Jair Soares criou as vagas, eu fiz o concurso, e elas entraram no meu Governo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PEDRO SIMON:** Então, as mulheres estão ocupando o seu lugar, mas ainda estamos longe do que devia ser. O Parlamento brasileiro, por exemplo, apesar de ganhar uma mulher para Presidente da República, não aumentou o número de Deputadas na Câmara dos Deputados, nem o número de Senadores também aumentou. Na eleição passada, votou-se um Senador por Estado, foram três mulheres. Desta vez, foram dois por Estado, e se colocaram seis mulheres, mas que está aumentando, está. Há uma conscientização nesse sentido. Lembro que, “noventa anos atrás”, quando eu estava na Faculdade de Direito, só tinha uma mulher, e agora saem mais mulheres do que homens da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Engenharia, e não sei daqui a quantos anos o Tribunal de Justiça vai ter mais mulher do que homem. Nós estamos vendo que as mulheres estão ocupando o seu lugar, e isso eu acho altamente positivo. Parece que a eleição da nossa Presidente foi realmente muito significativa. Foi escolhida uma mulher que não poderia ser melhor nas qualidades que ela tem, nos atributos que ela tem, na liderança que ela tem. Nesse episódio com o Palocci, ela saiu com grande categoria, e eu a admiro muito, porque, nos Governos anteriores da pós-revolução, da Nova República, nenhum teve a competência que ela teve de demitir aquele que tinha que ser demitido. O Lula não fez isso. Se ele tivesse demitido o Waldomiro, subchefe da Casa Civil, não teria havido o “mensalão”, e ele teria dado a orientação de como deveria ser feito. Não fez nada, e deu no que deu. Ela, não. Era o homem mais

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

poderoso, o homem mais forte, e ela, com a maior tranquilidade, o demitiu. Alguns dizem que ela já devia tê-lo demitido, que ela levou muito tempo para demiti-lo, mas levou muito tempo para demitir, porque o Lula chegou em Brasília e disse que ele devia ficar, e, quando o Lula disse que o Palocci devia ficar, ele criou um problema. Ela não disse nada, esperou um tempo, e demitiu o Palocci. Acho que nós vamos viver um momento positivo. Acho que esse movimento das mulheres que querem 50% das vagas em vez de 30% é correto, sinceramente. Acho que, se tiver que fazer lista com o nome de um homem e de uma mulher também é correto. Acho que realmente é positivo nesse sentido. Eu me lembro de quando nós decidimos, porque não havia obrigatoriedade nenhuma de ter um homem e uma mulher na chapa. Na eleição retrasada, houve a determinação –foi da Marta Suplicy –de que 30% das vagas teriam que ser para as mulheres. Hoje, vai passar para 50% como tendo que ser para as mulheres, e acho que estamos realmente no caminho certo nesse sentido. Aqui no Rio Grande do Sul, temos representação feminina. Temos agora a Ana Amélia, já tivemos uma mulher Presidente, uma mulher Governadora, já teve muita gente que chegou a Presidente da Câmara, tem muita gente que fala na candidatura de Ana Amélia a Governadora daqui a algum tempo, e já tem até o *slogan* dela: “Uma mulher para Governadora. Esta é Gaúcha”. Eu acho que nós estamos neste caminho, que é absolutamente certo. Sabe o que é? No mundo inteiro, nunca tinha acontecido isso. Em lugar nenhum do mundo o grupo forte do poder que vai se reunir é composto de mulher, e eu dou nota dez para a Presidente, dou nota dez para a Chefe da Casa Civil. E não dou nota para a Ideli, mas acho que vai dar certo, porque acho que, com a competência que tem, a Ideli tem jogo de cintura; quando ela quer agradar, ela agrada, e manda. O importante é que ela manda. Então, nós, os homens, vamos ter que ficar do lado de fora. E teve uma reunião, sexta-feira, no Palácio, em que estava a Chefe da Casa Civil, uma mulher, a Presidente da República, a Ministra política, a Ministra da Imprensa, a Ministra do Planejamento, e estava o Secretário, que era homem. Ele estava todo encabulado ali, dizia: “Eu não sei, mas acho que, da próxima vez, vou vir de trança aqui”.

Mas, no Rio Grande do Sul, principalmente, meu amigo Melo e minha querida Presidente do nosso Partido, nós temos que ter mulher, mulher na Câmara, mulher no Senado, mulher na Assembleia. A acusação que se faz é que (Ininteligível.) Presidente não dá a força que devia dar, mas a verdade é que nós olhamos para o PT, com três mulheres aqui

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

na Casa, terceira Presidente, e ficamos a nos perguntar: o que há conosco? Está ali a minha Suplente, uma bela candidata. Eu só não posso sair para ela entrar, porque aí entra o meu bravo e querido primeiro Suplente, que é uma pessoa por quem tenho muito carinho, muito respeito e muita admiração, que é o Guimarães, que é uma figura histórica do nosso velho Partido Trabalhista, e agora falam a Ana Amélia e o Paim, os dois melhores Senadores que temos lá.

O Paim é impressionante! Onde tem luta... Saiu, deu uma confusão aqui nas bicicletas, o cidadão saiu e atropelou não sei quantas bicicletas, o Paim já criou o Grupo dos Defensores dos que Andam de Bicicleta e fez um pronunciamento impressionante. Quando ele saiu, perguntei a ele: "Paim, tu já tiveste uma bicicleta?" E ele: "Não, nunca tive uma bicicleta". "Tu andas de bicicleta?" E ele: "Não, eu não ando de bicicleta". "Então, vai aprender a andar, porque, da maneira que tu falaste..." Ele está em todas, o Paim é sensacional, onde tem um problema, ele está lá, e a Ana Amélia é uma espécie de Clinton no Congresso, vai longe. Eu, daqui a uns tempos, estarei aqui com vocês, torcendo por ela. Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada, Senador Pedro Simon, pelas suas colocações, brilhantes ponderações. Antes de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, gostaria de registrar, neste ato, que estão presentes a Sra. Carla Montenegro, representante do Sindiperícias e ASDAP; o Ver. Antônio Baccarin, Presidente da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul; o Sr. Uirassú Litwinski Gonçalves, Assessor de Relações Institucionais do 5º Comando Aéreo Regional; a Sra. Marcia de La Torre, Secretária do PPS Porto Alegre; a Sra. Carla Landgraff, Presidente do Movimento das Mulheres do Democratas; o Sr. Samir Cubal, Presidente da Câmara de Vereadores de Minas do Leão; a Sra. Ireni Carvalho, da Associação dos Papiloscopistas de Porto Alegre; a Sra. Ana Regina Gorski Rodrigues, Presidente Estadual das Mulheres Progressistas; a Sra. Maria Odete Rigon, Prefeita de Portão; a Sra. Jussara Lemmertz, Vereadora de Portão; a Sra. Maria da Graça Paiva, Suplente do Senador Pedro Simon; o Sr. Valter Nagelstein Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio; o Sr. Enio Meneghetti, Secretário-Geral do Democratas de Porto Alegre; o Sr. Marcelo Soares Reinaldo, Vice-Prefeito de Guaíba; a Sra. Catherine Topper, Coordenadora Estadual da Mulher do PT; os Srs. Vereadores Toni Proença, Mario Fraga, Paulinho Rubem Berta,

Luciano Marcantônio; o Ver. Antônio Baccharin, Presidente da União de Vereadores do Rio Grande do Sul.

Gostaria de chamar à Mesa a Sra. Iara Wortmann, Coordenadora Estadual do PPS Mulher.

A Senadora da República, Ana Amélia Lemos, está com a palavra.

**A SRA. ANA AMÉLIA LEMOS:** Muito obrigada, Márcia. Queria saudar a nossa Presidente, a Sofia Cavedon, e agradecer a ela a abertura desta Casa, a Casa do Povo de Porto Alegre, para a realização desta Audiência; à querida Márcia Santana, à Sônia Vaz Pinto e, especialmente, ao Adeli Sell e ao Sebastião Melo, que criaram, com muito senso de oportunidade, o Fórum Porto-Alegrense da Reforma Política. Eu penso que esse movimento representa o grau de politização da nossa Capital num tema que é urgente, inadiável e complexo, porque cada pessoa tem, na sua cabeça, uma proposta de reforma política.

Queria homenagear o meu querido João Antonio Dib, um veterano desta Casa, em nome de quem homenageio todos os Srs. Governadores e todos os Srs. Vereadores. (Palmas.) É pessoa por quem eu tenho uma diletta admiração; o meu querido Celso Bernardi, em nome de quem eu saúdo todos os dirigentes partidários; e a nossa Ana Regina Gorski, do Departamento Feminino do meu Partido, o Partido Progressista, e todas as mulheres aqui presentes; e uma saudação especial à Maria Teresa Cunha, que veio de Curitiba; nos comunicamos e nunca conversamos pessoalmente, só pelo *twitter*, e ela, acompanhando a questão da Reforma Política, me mandou contribuições. E a gente vê que, quando a gente quer, a gente pode. Maria Teresa, muito obrigada pela sua presença aqui; você veio especialmente de Curitiba para estar presente nesta cerimônia.

Também preciso explicar a todos vocês que esta Audiência Pública se realiza graças ao empenho do Senador Pedro Simon. E por que isso? O Senador Pedro Simon integra a Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Ele é membro titular. Eu não pertenço a essa Comissão; eu pertenci, como disse o Senador, àquela Comissão Especial, designada pelo Presidente do Senado, José Sarney, para examinar as questões relativas à Reforma Política, presidida pelo Senador Francisco Dornelles. E, para realizar esta Audiência Pública, era necessário, primeiro, a autorização e o Requerimento para ser em Porto Alegre, porque não estava Porto Alegre incluída na lista das quatro Capitais. Eu

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

achei que a nossa Cidade não poderia ficar fora deste debate, especialmente considerando o papel que as mulheres gaúchas têm tido no processo político do nosso Estado.

Estão aqui duas Secretárias, a Presidente da Câmara de Vereadores e as Lideranças que fazem a vitalidade partidária do nosso Rio Grande do Sul.

Então, eu solicitei ao Senador, e ele, prontamente, fez o Requerimento para que Porto Alegre fosse incluída, e era necessária a presença dele aqui, sem a qual a Audiência Pública não teria validade. Ele veio especialmente a Porto Alegre, para estar aqui, porque tudo o que for dito aqui como sugestão fará parte de uma Ata, que será incorporada ao trabalho de coleta de sugestões em todo o País para a formulação das votações.

E, aí, vocês dirão: mas do que adianta fazermos isso, se o Senado já está examinando? De fato, mas é uma colaboração necessária para que não haja nenhuma justificativa de que não houve esse esforço no sentido de mudar as atuais regras.

Vejam só, de tudo o que foi proposto pela Comissão Especial, algumas coisas já comentadas pelo Senador Pedro Simon, apenas duas foram aprovadas pela CCJ: aquela que elimina a possibilidade de candidatura avulsa, que é uma negação de Partido político, que já foi rejeitada; e a outra, aprovada pela CCJ, diz respeito à alteração do art. 14 da Constituição, para dispensar a exigência de filiação partidária de candidatos nas eleições municipais. Às vezes, o Prefeito está Prefeito de uma cidade, e, naquele tempo, ele se filia a um outro Partido, numa outra cidade, para poder sair do seu domicílio e se candidatar na próxima eleição, na outra cidade. Isso já foi aprovado na CCJ, e o Parecer foi arquivado. O Relator foi o Senador Demóstenes Torres.

E no caso da candidatura avulsa, também, essa questão do domicílio, foi o Senador José Pimentel. Da avulsa, foi o Senador Demóstenes, e da candidatura de filiação foi o Senador José Pimentel, do PT.

Vamos à questão principal, que nos interessa. Sistema Eleitoral de Lista Fechada, com quota para as mulheres – PEC 43, de 2011. Ela altera o art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas pré-ordenadas nas eleições para a Câmara Federal. O Relatório está na mão do Senador Romero Jucá, que está elaborando o Relatório. Romero Jucá é o autor. Só que, na tramitação, ele foi devolvido pelo Relator, para tramitação em conjunto com uma outra PEC – Emenda Constitucional, a de nº 23, de

2011, por solicitação do Senador Eduardo Suplicy. Só que essa PEC trata de questões relacionadas a desmembramento de Estados, e ele quer compor também essa questão.

Mais um detalhe: nós – e eu, com muito mais interesse na questão de gênero, tenho total empenho, como muito bem defendeu o Senador Pedro Simon, que as mulheres tenham um empoderamento na política brasileira. E vejam só: nas eleições passadas, só 17,3% dos Partidos políticos ou coligações cumpriram as quotas das eleições, aquela dos 30%; só 17%. Nós temos 27 Partidos políticos; nenhum desses Partidos hoje é presidido por uma mulher. Então, na base e na origem, as mulheres não estão tendo, do ponto de vista da vida orgânica dos Partidos, uma participação ativa.

Como tem, aqui, mulheres representantes de Partidos políticos, eu gostaria que, levantassem a mão – vai ser, agora, um auê, Ver.<sup>a</sup> Sofia, temos que provocar – aquelas que estão aqui, como representantes dos respectivos Partidos, se concordam com que os seus dirigentes dão abertura total para as mulheres na atividade partidária. As que concordam, levantem a mão! Elas não concordam, Senador! Elas não concordam! É o Presidente! Exatamente!

Então, agora, Senador, vou fazer a pergunta direta: as mulheres que têm certeza, ou aquelas que acham que os Partidos não dão abertura à participação das mulheres. Quantas acham isso? Viu, Senador?! É isto! É exatamente aí que está o problema. Se o Partido político – desculpe, meu querido Celso Bernardi, caro Senador Pedro Simon e os demais Partidos, este me parece o começo do problema –, se nós não conseguimos cumprir a Lei de 30% das mulheres, nós não vamos conseguir, até porque lista fechada é um tema extremamente polêmico e explosivo, porque a lista fechada engessa; o Partido é que vai dizer A, B ou C que vai entrar. Isso é democrático? Eu penso que não. Eu penso que a política, o eleitor tem que ter o direito de receber aqui do Fernando Luiz uma proposta sobre Reforma Política, e eu acho extremamente valioso que as pessoas, o eleitor se manifeste; entregou para mim, entregou para o Senador Pedro Simon.

Então, não há como a gente querer sonhar que é bom. Eu caminho com os pés no chão, e eu acho que nessa forma nós temos é que ampliar, e penso, como, aliás, concordo com o Senador Simon, que atitudes afirmativas como o fato de hoje Dilma Rousseff ter ao seu redor, no comando do Partido, a Miriam Belchior, no comando da área mais importante, o Ministério do Planejamento, que cuida de Orçamento; a Gleisi Hoffmann, que comanda toda a ação executiva de Gestão do Governo, que é o Gabinete Civil da Presidência da

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

República; tem a Ideli Salvatti, que vai fazer a articulação com o Congresso Nacional; a Helena Chagas, que comanda a área de Comunicação; ainda tem mais a Secretária de Políticas para as Mulheres; penso que isto vai fazer a diferença, isto, sim, faz a diferença, e isto vai ter reflexos, sim, nas eleições de 2011 – não tenho a menor dúvida, porque as mulheres vão se sentir muito mais encorajadas a participar disto. E a pressão que se faz sobre ela... Isso não é a minha visão, só que eu tenho a convicção de que isso vai acontecer. O fato de, no caso, aqui, do Rio Grande do Sul, eu ter chegado ao Senado, não fui a primeira Senadora a chegar, tenho andado pelo Interior do Rio Grande e noto que há um grande interesse. Eu tenho assinado, abonado fichas em todo o Interior do Rio Grande. A maior parte, Sofia, para minha alegria, são mulheres, porque há uma espécie de cumplicidade quando você vê uma mulher e o encorajamento das mulheres nessa participação, e isso me dá muita alegria, como mulher, e por isso o meu compromisso aumenta, a minha responsabilidade de não errar o passo no Senado. Eu tenho que caminhar no trilho da ética, da responsabilidade, daquilo que marca sempre o exercício comprometido das mulheres, que têm que se desdobrar em quatro, cinco funções: dona de casa, mãe, professora, profissional liberal, cuidar bem do marido, ter uma atenção genérica e ainda cuidar da política. Quer dizer, à mulher que tem intuição, que tem sensibilidade, que tem percepção das coisas, a ela está reservado um espaço muito importante. Muito importante. Estou convencida, Senador Simon, convencida, sim, de que este empoderamento das mulheres vai abrir a cabeça também dos dirigentes dos Partidos do nosso Estado, no sentido de buscar a oxigenação dessa presença.

Nós incomodamos, Senador, eu tenho certeza, eu sei disso, nós incomodamos, porque a gente fica lá e quer isso, quer mais aquilo... Bem, concedam, porque tudo que a gente pede é para o bem, é para o bem do Partido. (Palmas.) Não há dúvida, é uma questão de enfrentamento, e, como a gente ainda não tem muita voz dentro do Partido, a gente sofre, a gente sofre para conseguir uma coisinha, uma verbinha ou uma viagenzinha; um custeio para fazer tal coisa, vamos fazer... “Não, não dá, não podemos, não tem dinheiro, não sei o quê...” Tem que fazer. Tem que dar um jeito e temos que fazer.

Eu penso que, hoje, neste momento, com todo esse processo que está acontecendo, tendo o comando aqui da Sofia Cavedon... O meu Partido, eu tive a felicidade de que a mais votada Deputada Estadual foi a Silvana Covatti, também uma mulher. E nós temos aí um espaço enorme. Estou convidando muitas mulheres para serem candidatas a

Vereadoras, a Prefeitas nos Municípios. Já temos muitas Prefeitas mulheres, e é isso, e é o processo que a gente vai fazendo.

Eu sou um pouco cética em relação a gente criar mecanismos que não... Vejam, se, nós, com 30%... E a Lei foi mudada: primeiro, dizia na Lei que os Partidos políticos, nas listas para as candidaturas, tinham que reservar – reservar – o lugar para as mulheres; depois, se tornou, a partir de 2009, obrigatória a participação das mulheres, e aí só 17% dos Partidos conseguiram.

Também, por outro lado, Sofia, as mulheres, uma profissional liberal que está muito bem na sua profissão, uma médica, uma advogada, mesmo uma professora ou uma pessoa influente, uma escritora, uma Lya Luft da vida, enfim, mulheres, às vezes, elas ficam imaginando... Elas até gostariam, mas ela vai sair da sua segurança, da sua área, da sua zona de, eu diria, conforto –mas é um direito que ela tem -, para enfrentar essa guerra, essa batalha, que é muito difícil, é muito concorrida e é muito desafiadora?

Então, tem esse aspecto, porque a natureza feminina, a mulher busca a segurança e a estabilidade, e política é insegurança e instabilidade. Nós precisamos entender a natureza dessa atividade, e eu agora estou vivendo isso e estou sabendo o quanto isso exige da gente.

Então, nós precisamos, as mulheres, entender a natureza que é a política, o exercício da política, e precisamos, cada vez mais, que elas participem ativamente, como candidatas, como líderes políticas, e que tenham a convicção de que, a partir deste debate aberto aqui no Fórum Porto-Alegrense da Reforma Política – e nós estamos com as audiências públicas que o Sebastião e o Adeli estão promovendo em vários lugares, não só em Porto Alegre, mas nos bairros todos, mobilizando – nós vamos ter algum avanço. Também tenho algum ceticismo em relação ao que se possa fazer, porque quando se discutiu, nessa reforma política, por exemplo, a questão relacionada à não reeleição, especificamente das mulheres –que para mim é um avanço -, e a questão do aumento do mandato de quatro para cinco anos, não havendo reeleição, o Relator já rejeitou na Comissão de Constituição e Justiça; o Plenário poderá alterar essa decisão. Mas nós já começamos a patinar naqueles avanços que foram obtidos. O Senador Simon lembrou muito bem essa questão do Senado, pelo que será aprovado, que terá apenas um Suplente, e não pode ser filho, mulher, marido, pai, sequer filho adotivo, porque, mesmo não tendo a consanguinidade, há uma relação de parentesco direta. Então, isso é um

avanço, porque como disse o Senador, na Legislatura passada, um terço do Senado era de Suplentes. E lá há mulheres de ex-Governador; filho de Senador que saiu para ser Ministro, e colocou o filho no lugar. Então, realmente, cria uma relação pouco recomendável no fortalecimento das instituições democráticas. Penso que esta audiência pública aqui de vocês, muito mais vocês que precisam falar do que nós, que viemos aqui para, digamos, estimular, provocar e instigar a presença das mulheres na reforma política. Eu fico muito grata pelo carinho e pelo afeto, mas agradeço, especialmente, o Senador Pedro Simon, razão pela qual nós estamos conseguindo fazer esta Audiência, dentro do que prevê o Regimento Interno da Comissão de Constituição e Justiça no debate deste tema, que é de interesse, não só dos gaúchos, dos porto-alegrenses, mas é de interesse do nosso País. Muito obrigada a todos vocês.

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada, nossa Senadora Ana Amélia Lemos, que para nós é um exemplo de trabalho, de força, de luta. Admiramos muito a senhora e, com certeza, a sua eleição trouxe um *up* às mulheres, um novo estímulo para que essa luta possa seguir adiante.

A Sra. Iara Wortmann está com a palavra.

**A SRA. IARA WORTMANN:** Em primeiro lugar, um bom-dia a todos e todas, eu gostaria de, com muito carinho, saudar os queridos Senadores Ana Amélia e Pedro Simon; saudar a nossa Presidenta, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon; saudar também a nossa querida amiga, nossa Secretária da Administração, Sônia Vaz Pinto; os Vereadores Adeli Sell e Sebastião Melo, e, muito especialmente, a Márcia que media esta Mesa, parabenizando o Congresso Nacional e o Senado por terem feito aqui em Porto Alegre esta Audiência Pública, onde nós nos manifestamos em relação à contemplação da questão de gênero nesta reforma. Eu queria, em nome, então, das mulheres do PPS, dizer que estamos aqui com várias companheiras de outros Partidos também. Eu acho que esta talvez seja a coisa mais importante que acontece na discussão de gênero. Porque, na discussão de gênero, nós, mulheres, de todos os Partidos políticos, temos pautas comuns; não há uma que esse Partido puxe para isso ou para aquilo, acho que não; acho que este é o grande ganho. E eu gostaria de dizer, então, que quando a Senadora Ana Amélia perguntou se os Partidos garantem a participação feminina, talvez o PPS seja um dos únicos Partidos que garante,

estatutariamente, a representação de gênero em todas as instâncias do Partido. (Palmas.) É claro que em alguns lugares ainda é uma meta a ser atingida, mas nós contemplamos estatutariamente. Mas eu sei que o tempo é pouco, Márcia, e não quero me alongar. Mas quero dizer que alguns avanços obtivemos na Minirreforma Política de 2009, acho que as mulheres tiveram alguns avanços. A gente poderia dizer muita coisa, o PPS, inclusive, tem todo um estudo e posições muito claras em relação ao que se defende nesta reforma política, mas aqui, como tenho pouco tempo, gostaria de fazer um registro, que a Senadora Ana Amélia e o Senador Simon também já fizeram: se for aprovada a lista fechada e não mexermos na alternância da indicação, pelos Partidos, na questão de gênero, vamos ficar como estamos. Acho que, mais uma vez, com toda dificuldade que nós mulheres temos na participação política, nós aplaudimos e ficamos mais uma vez de fora, não dá. Gostaria de deixar mais uma vez esse registro, e acho que a questão mais importante para nós, mulheres, é defendermos a alternância de indicação, se for aprovada a indicação de lista fechada –os Partidos terão que ter essa discussão.

Então, eu gostaria de agradecer e dizer que acho que nós todos estamos muito felizes, e saio daqui com uma lição da Senadora Ana Amélia. A Ana Amélia disse uma questão que acho que eu nunca tinha pensado nos meus 49 anos de Magistério. Ela disse que nós, mulheres, temos alguma dificuldade ou muita dificuldade em participar da política, porque nós, mulheres, buscamos segurança e estabilidade, e participar da política é ter insegurança e instabilidade. Eu levo isso como lição, Ana Amélia, acho que é isso que talvez nos prejudique tanto nessa discussão política. Muito obrigada. (Palmas.)

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada, Sra. Iara Wortmann, Coordenadora Estadual do PPS Mulher.

Gostaria de registrar a presença do Ver. Reginaldo Pujol; da Sra. Ângela Cristina, Coordenadora Municipal das Mulheres da Prefeitura de Porto Alegre; do Ver. Waldir Canal e do Ver. Aldacir José Oliboni.

Passo a palavra à Professora Maria Tereza Cunha, do PDT de Curitiba, Paraná.

**A SRA. MARIA TEREZA CUNHA:** Bom-dia a todos, cumprimentando a Senadora Ana Amélia cumprimento todas as autoridades presentes na Mesa. Queria enaltecer a presença dos homens – e dizem que o gaúcho é machista! Fico muito feliz por esta

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

plateia estar bem equiparada. Eu sou a Professora Maria Tereza Cunha, como a Senadora Ana Amélia colocou, conhecemo-nos através do *twitter*. Então, prestem atenção como são importantes essas novas mídias, estarmos usando-as, e agradecendo-a pelo convite. Estou aqui para apresentar uma proposta que difere, ela não confronta. E vou explicar um pouquinho o porquê. Ela já foi elaborada em novembro, porque eu sou funcionária pública do Estado e da Prefeitura, sindicalista há 32 anos, pedetista há 28 anos, pertencço ao Movimento de Resistência Leonel Brizola, em nome deste Movimento que estou aqui hoje, com o conhecimento da Executiva Municipal e da Estadual, e com aquiescência. Fui candidata no ano passado, porque havia lutado pelas cotas, e antes nunca havia me candidatado, porque eu nunca quis aproveitar os três meses de licença que o funcionário público tem direito. Eu sempre achei que eu estaria muito mal, não fazia parte da minha ética pessoal estar pedindo voto no horário em que eu tinha que estar trabalhando, sendo paga pela população. Ao final do pleito do ano passado, diante da esplendorosa coligação, nenhum deputado federal fizemos no Partido. Logo a seguir fui chamada, dentro de um pedido que eu havia feito, para fazer cirurgia de correção de joanetes; fiquei dois meses com os pés para cima e aproveitei muito. Então, no dia 4 de novembro estava fazendo a cirurgia e fiz todo esse estudo e cheguei, sei lá por que, por *insight*, eu queria descobrir uma forma para que a gente tivesse que dar um salto para fazer, mostrar que sabemos fazer. Então, essa proposta não confronta, ela difere, mas garante, porque ela não é de candidatura, é de exercício parlamentar. Eu vou ler a Emenda (Lê.): “Fica garantida às candidatas mulheres cota parlamentar feminina no equivalente a 30% nas vagas partidárias disponíveis nos processos eleitorais em âmbito federal, estadual e municipal. Terão direito às vagas as candidatas mulheres mais votadas cujos nomes serão intercalados entre os nomes dos homens mais votados, um a um, em um sistema zipper, até atingir a cota parlamentar feminina de 30% e/ou extinguirem-se as vagas”. Como eu percebi, embora sendo falado, as pessoas não entendem, e como aqui eu não vou poder desenhar, eu vou tentar pedir a vocês que imaginem um quadro escrito: partido – pleito. Ocorreu o pleito, o partido fez 100 mil votos, teve direito, portanto, a 5 vagas. O que faremos? Setenta por cento será dos homens, 30% de mulheres: um homem, uma mulher, um homem, uma mulher, um homem. Então, nós só não teremos representação feminina se houver uma vaga só. Eu estou disposta a colaborar, a esclarecer a qualquer momento, entendendo questão de horário, mas eu

tinha que trazer essa proposta. Eu vim de ônibus, porque eu tive medo de que o voo não saísse, ou que não chegasse ao aeroporto. Estou aqui com muita coragem. E, com este momento, eu elaborei uma frase: “A utopia prescinde da ousadia para se estabelecer”. Bom-dia! (Palmas.)

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada, Professora Maria Tereza Cunha, do PDT de Curitiba, pela sua presença.

Gostaria de registrar a presença da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna.

Passo a palavra à Sra. Dalva Chagas, da Secretaria de Mulheres do PT de Porto Alegre.

**A SRA. DALVA CHAGAS:** Bom-dia a todos e todas. Quero cumprimentar todas as autoridades, em especial os dois Senadores, ficamos muito contentes de poder estar no foco dessa discussão. O que nos causa agonia é a participação da mulher, confirmada e reafirmada nessa nova Reforma Política. O ano de 2011 marca o início do Governo da primeira mulher Presidente do Brasil, esse fato coloca muitas e novas contradições na esfera pública, entre elas, a questão da sub-representação das mulheres na política. Estamos sempre sendo as secretárias, as que montam o esquema todo para que os homens estejam falando, para que tudo saia certo, para que tudo esteja organizado, mas, na verdade, acho que nós já estamos maduras para estarmos à frente, falando. Para mim, não é nada fácil estar aqui, quero dizer isso, mas nós temos que vencer esses desafios. A presença das mulheres no Poder Legislativo, no Brasil, nos coloca entre os países com menor participação, mesmo na América Latina. É preciso romper esses mecanismos. Temos 46 mulheres na condição de Deputadas Federais, menos de 10% da Câmara Federal, e apenas 12 na condição de Senadora, não alcançando 15% do Senado Federal. Segundo dados da União Parlamentar, no Brasil, até 2010, entre 187 países, ocupamos o centésimo lugar no *ranking*, atrás de vários países sul-americanos. No contexto dos debates da reforma política, vários Partidos estão se reunindo, estão discutindo, inclusive o nosso Partido está com seminários marcados, mas temos alguns indicativos que eu gostaria de colocar aqui: a Reforma Política deve corrigir as distorções da democracia representativa e ampliar a democracia participativa; a democracia interna dos Partidos; o financiamento exclusivamente público de campanha; a alternância, para coibir a influência do poder econômico; financiamento exclusivamente público também deve ser garantido

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

para referendos, não só para as campanhas, mas para referendos e plebiscitos; para fortalecer os Partidos, é preciso instituir a fidelidade partidária, programática; os Partidos têm que apresentar os seus programas, nós consideramos isso muito importante; igualmente é preciso que o novo sistema de votação seja instituído, defendendo a votação em lista fechada, com alternância de gênero, um por um, sendo a primeira indicação, a primeira da lista, uma mulher – acho que nós temos que reafirmar essa participação especial dos Partidos para concorrer; temos também que promover a ampla participação das mulheres; aprimorar os mecanismos da democracia direta; consolidação legal dos conselhos e conferências de políticas públicas, criando um sistema integrado de participação ao processo de planejamento governamental – este ano, é o ano das conferências, temos conferência municipal das mulheres em agosto, estadual, em setembro, e, no final do ano, em dezembro, a Conferência Nacional das Mulheres; contra a cláusula de barreira e para fortalecimento da democracia, defendemos o voto proporcional e somos contrários a qualquer forma de voto distrital; a reforma política avançará, mais ou menos, a depender do nível de mobilização, pressão social, que conquistarmos.

Quero agradecer aqui a oportunidade de colocar os nossos indicativos, e vamos conchamar as companheiras, amigas todas, a participarem dessas nossas discussões políticas, que são muito importantes para o crescimento das mulheres. Obrigada. (Palmas.)

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada, Dalva, representando a Secretaria de Mulheres do PT de Porto Alegre.

Passo a palavra à jornalista Eunice Flores, Presidente Estadual do PMDB Mulher.

**A SRA. EUNICE FLORES:** Bom-dia a todos e a todas, quero saudar com muito carinho a nossa querida Ana Amélia Lemos, nossa Senadora gaúcha, que se dispôs a vir até aqui para essa discussão; dizer também do nosso agradecimento ao Senador Pedro Simon, que, pelo que a Senadora nos relatou, veio especialmente para essa ocasião; com muito carinho, saudar a Presidenta desta Casa, Sofia Cavedon, Vereadora; o querido Sebastião Melo e o querido Ver. Adeli Sell, que também têm se empenhado nesse trabalho – quero agradecer ao Adeli e ao Ver. Melo por todo esforço e por todo companheirismo que têm

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

tido conosco nessa caminhada. Também quero agradecer a todas as companheiras de todos os Partidos políticos, que, no Fórum Porto-Alegrense da Reforma Política, têm trabalhado para que ocasiões como essas, que trazem esse assunto para discussão, sejam efetivadas.

Eu quero dizer que o PMDB Mulher do Rio Grande do Sul ainda não tem uma posição formada sobre essa questão da Reforma Política. Eu estaria aqui, como Presidente, não sendo democrática se dissesse das posições que já temos. Na Capital, nós já temos uma posição fechada, mas queremos discutir também com o Interior, para construir uma proposta bem democrática, porque isso é o que norteia o nosso Partido político: a democracia. E isso, no PMDB Mulher, a gente tenta manter com muita postura. Nós defendemos, em Porto Alegre, a lista fechada com alternância de sexo, o financiamento público de campanha e a efetivação do sistema da lei de cotas. Porque, meus amigos e minhas amigas, a gente fala tanto em cotas, em 30% ou 50%, mas será que o percentual é o mais importante? Eu acho que não é. O importante é, sim, conquistarmos, dentro dos nossos Partidos, aquele olhar para as candidaturas femininas. Porque não adianta haver 30%, 50% de mulheres candidatas, e elas ficarem jogadas, sem apoio. Vocês sabem, isso é provado, nós, que militamos no movimento social e convivemos, mulheres de todos os Partidos, sabemos que a situação das mulheres é muito igual em todos os Partidos políticos. Irresponsável é aquela companheira que vier dizer que em seu Partido é diferente. Não é! São todos iguais, todas sofremos as mesmas dificuldades. Disse muito bem aqui a Lara Wortmann, que o seu Partido garante estatutariamente. Dos 27 Partidos, 5 já garantem, estatutariamente, essa questão das mulheres. Mas nós queremos dizer que nós temos uma proposta de sanção aos Partidos que não cumprirem com as suas responsabilidades, que serão logo ali apontadas pela Reforma. Na minirreforma que aconteceu em 2009, que já valeu para 2010, alguns Partidos foram descuidados, e eu sinto que há um amadurecimento, Senadora Ana Amélia, na luta das mulheres: elas não permitirão mais isso. Eu sinto que as mulheres que, realmente, têm vontade de seguir uma carreira política, essas mulheres serão, juntamente com as mulheres militantes, vigilantes, para que isso seja cumprido.

É uma alegria, Maria Tereza, saber que temos uma mulher que está aí, na luta, vindo de Curitiba, com todo o sacrifício, para estar aqui. Eu quero te dizer que, lendo com mais cuidado a tua proposta, embora tenhamos divergências, em alguns momentos estamos

convergindo, e eu acho que isso precisa ser muito discutido, porque pode sair daí, da soma dessas duas, uma grande proposta. Então, minhas amigas, muito obrigada, obrigada também aos amigos que aqui estão, e quero dizer que nós queremos, sim, participar, nós queremos construir. Nós queremos que as mulheres sejam, juntamente com os homens, protagonistas de uma grande mudança, que essa Reforma Política seja uma reforma democrática, que tenha a participação de todos. E a questão da Reforma Política não se restringe, especificamente, à questão de homens e mulheres, ela passa também pela questão étnica, pela orientação sexual, e isso nós temos que ter cuidado, temos que nos despir de todos os preconceitos e também englobar esse todo, para que se tenha, sim, efetivamente, de verdade, uma grande reforma no nosso País. Muito obrigada.

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada Eunice Flores, Presidente Estadual do PMDB Mulher.

A Sra. Maria da Graça Paiva, Suplente de Senador do PMDB, está com a palavra.

**A SRA. MARIA DA GRAÇA PAIVA:** Muito bom-dia a todos e a todas, quero fazer um cumprimento muito especial à Mesa, e nas pessoas da nossa Senadora Ana Amélia e do nosso querido Senador Simon, quero cumprimentar os participantes da Mesa, bem como a Presidente desta Casa, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. E também quero cumprimentar, em especial, a Coordenadora Estadual do PMDB Mulher do nosso Estado; a Coordenadora Municipal do nosso PMDB, a Lídia Vidal; as companheiras do meu Partido que estão aqui; e todas as companheiras dos Partidos aqui presentes, bem como os companheiros dos 14 Partidos, e do meu Partido também. Acho esse momento especial, da Reforma Política e deste fórum para registro em ata. Eu não quero ser repetitiva, porque já me antecedeu a colega de Partido e fez muito bem as colocações das nossas demandas, mas eu acho que cabe sempre um reforço daquelas demandas que me parecem não só comuns a todo mundo, mas que sempre é bom lembrar. Acho que essa Reforma Política, se verdadeiramente democrática e participativa, tem que ter muito presente os mecanismos compensatórios. Num País pluriétnico e multicultural como o Brasil, onde temos sérios problemas com a questão das etnias, não só da etnia negra, mas também das demais etnias, mas principalmente daquelas que marcam a história deste País, a etnia negra e a

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

etnia indígena, juntamente com a etnia europeia que veio para cá, me parece importante enfatizar que a reforma partidária, além da garantia de gênero – e, dentro do nosso Partido, nós temos pouca representação não só da etnia negra, temos uma representação na Presidência do PMDB Mulher Municipal, tem eu, como Senadora Suplente não só no meu Partido, enquanto Rio Grande do Sul, mas sei que sou a única Senadora Suplente mulher, negra, em todo este País, a única –, então me parece que a reforma político-partidária neste momento também tem, sim, que levar em consideração essa questão, tendo como um ponto forte das atitudes afirmativas essa questão de que o que nós queremos, realmente, enquanto gênero feminino e dentro das etnias que devemos respeitar, a questão de igualdade, mas igualdade de direito de participação. A lista fechada com alternância de gênero, mas, principalmente, a questão das finanças de uma campanha política. Muitas mulheres, como eu, como várias companheiras do meu Partido e de vários outros Partidos, não que não queiram participar, inclusive, estamos no qualificando, porque hoje, dentro do nosso PMDB, temos a Fundação Ulysses Guimarães, que qualifica não só as companheiras do meu Partido, mas é aberta ao público para todos se qualificarem. Qualificação é o primeiro passo, direito ao exercício de voz, que a Constituição nos dá, é um segundo passo que a gente vem fazendo, mas não como vogal. Vogal se tem direito à voz e não a voto, precisamos controlar muito isso dentro dos Partidos.

A questão precípua é esta: que orçamento teremos que justifique e apóie todos os que queiram, efetivamente, concorrer, do ponto de vista de gênero? Garantir esse financiamento público me parece um ponto fundamental, além de um ponto que a Sra. Senadora colocou extremamente bem. Temos que começar pela casa, arrumando a casa, que dentro da casa haja uma coisa que para mim é fundamental. Respeito, em primeiro lugar, respeito às mulheres, respeito à sua voz dentro do Partido, respeito à sua contribuição dentro do Partido, respeito às suas ideias. (Palmas.) Quando a gente lança um movimento, como hoje eu encabeço o Movimento Pró-Ética na Imunidade Parlamentar, porque ter o direito à fala que o político tem que ter como forma de escudo ao que ele pensa e diz, como forma de escudo a não ser caluniado, é uma coisa; ter o direito de dizer o que pensa de forma racista contra as mulheres, contra os LGBTTs, contra todas as representações, ninguém lhe outorga esse direito. Ninguém lhe outorga esse direito! (Palmas.) Eu encabeço esse Movimento, tenho buscado parceiros para que

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

isso seja uma pauta de discussão na Comissão de Constituição e Justiça, porque, em outros países, a imunidade parlamentar é parcial. Por que aqui não podemos também começar a discutir essa questão? O que eu trago sobre isso é que dizer uma expressão racista ou preconceituosa de qualquer natureza contra as mulheres, contra as minorias é uma violência psicológica. E ela afeta diretamente a moral, a autoestima das pessoas, e, quando se fala em violência, neste País, pouco se discute da violência psicológica, e essa é muito exercida em cima das mulheres, em cima das minorias. Se vamos discutir reforma partidária para valer, esta é a hora! E isso tem que entrar na pauta, além das demandas que acabaram de ser colocadas. Muito obrigada. (Palmas.)

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada, Maria da Graça Paiva, Senadora Suplente do PMDB.

Passo a palavra à Giovanna Vargas, da ONG Sempre Viva Mulher. Novamente, peço atenção e colaboração aos três minutos, devido ao nosso tempo, que já está se encerrando.

**A SRA. GIOVANNA VARGAS:** Bom-dia a todos e a todas; em especial, quero saudar a Presidente Sofia; a querida Ana Amélia, nossa representante lá no Senado; a Sônia, Secretária; Lara, que até há pouco estava aqui; mas, em particular, a Dalva, nossa representante do Partido dos Trabalhadores. Eu não estou aqui pelo Partido hoje, fui convidada pela ONG, mas também quero saudar, em particular, duas mulheres que não são do meu Partido, mas que considero pessoas fenomenais, fantásticas, que são lá de Alegrete: a Ana Regina, que é a Coordenadora das Mulheres do PP, e a Fernanda Melchionna, que foi minha aluna lá na pré-escola, que são duas mulheres muito bacanas, que eu admiro muito pela luta. E quero dizer que penso que estar aqui hoje não é falta de coragem, a gente, realmente, tem dificuldade, Dalva, de fazer a fala aqui na frente, tantas coisas engasgadas por tanto tempo que a gente quer falar, e aí, quando a gente fala, tem somente dois, três, quatro, cinco minutos.

O que me traz aqui é dizer para as minhas companheiras, mulheres de luta, que a luta vai além dos nossos Partidos. O fato de estarmos aqui é a necessidade de que todas nós, mulheres, nos unamos, para poder fazer com que essa reforma, de fato, aconteça, para o bem de todos nós e, acima disso, para o bem da democracia. Tenho dito para as nossas

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

colegas e amigas, e mulheres, e lutadoras que não é falta de coragem, não, a gente não colocar o nome à disposição, que não é a concorrência e nem é o desafio aquilo que nos limita a participar das campanhas e da política, mas, fundamentalmente, é a falta de oportunidades nos lugares em que a gente trabalha, inclusive e muito especialmente, dentro do próprio Partido. Dentro do Partido não há um reforço, uma capacitação, uma formação política decente que motive, estimule e que dê condições às mulheres para que, de fato, elas ascendam a um espaço maior ou que sejam estimuladas e motivadas a ocuparem esse espaço. Um dado muito importante que a Senadora coloca aqui é que, na última eleição, apenas 17,3% das mulheres buscaram concorrer, Senadora, porque nós não queremos mais fazer esse papel simbólico de cotistas dentro dos Partidos. (Palmas.) Nós não queremos apenas “encher linguiça”, como se diz lá no Alegrete. Não! Nós queremos ser reconhecidas como potenciais lideranças, para ser, sim, Vereadoras, Prefeitas, Governadoras, Deputadas e Senadoras. Mas nós temos que passar, primeiro, por uma intensa e profunda reforma estatutária. Cada Partido tem que entender que as mulheres são para além de carregadoras de bandeiras ou que fazem chás, que fazem os movimentos, para que o nosso Partido possa ascender. Então, reforma estatutária urgente! Dentro do nosso Partido, temos que encarar os nossos companheiros e dizer: “Vocês querem reforma política? Vamos começar aqui por dentro”.

Outra questão que nos limita é o financiamento de campanha, porque não tem nenhuma mulher aqui que tenha a tranquilidade de deixar de investir R\$ 50.000,00 para comprar um apartamento para um filho ou uma filha que está lá, em Porto Alegre, estudando, para colocar na campanha política. Porque para nós, mulheres, bater nas empresas, nos lugares, para pedir dinheiro, é muito mais difícil do que para os homens. Infelizmente é assim que acontece! (Palmas.) Digo porque sou política, fui Vereadora por dois mandatos, a primeira Presidente da Câmara, em 172 anos de história, lá no Alegrete, e sei o quanto é difícil uma mulher pedir dinheiro para campanha. É muito difícil, para o homem é mais fácil. Então, o financiamento de campanha é fundamental, a lista fechada é fundamental, e que seja alternada e que seja iniciada pelas mulheres, porque é uma proposição positiva. É difícil? É, a gente sabe que é difícil, como é o dia, o cotidiano, a luta das mulheres. Todo dia, nós “matamos vários leões”. Então, nós precisamos, sim, ser pragmáticas, fazer com que essa ação afirmativa aconteça. Por último, querida Ana Amélia, quero dizer que a Ideli vai saber dialogar com a Câmara Federal, sim! A Ana

Amélia sabe e vai ser uma grande companheira lá, como mulher, dialogando! A Dilma vai dialogar com toda a sociedade, sim! É que, às vezes, é difícil o universo masculino entender que nós não podemos ser delicadas, e queridas, e afetivas sempre, porque o espaço masculino é hegemonicamente conservador, excludente, machista. Aí a gente também tem que endurecer, para poder conseguir defender alguma coisa. (Palmas.) Por isso, querida Senadora, vou terminar dizendo, com tranquilidade, que, se hoje nós defendemos cotas de 50% para homens, 50% para mulheres, é porque sabemos que, se investirmos nas mulheres do Partido, se investirmos no financiamento público, podem ter certeza, vai sobrar mulher, os 50% não vão dar conta na questão das cotas. Então, encerro dizendo: nós podemos, nós queremos e nós faremos! Obrigada. (Palmas.)

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Chamo a Denise Argemi, da Comissão Especial da Mulher Advogada, mas, antes de passar-lhe a palavra, gostaria de pedir a compreensão de todos os representantes e Vereadores, pois o nosso tempo se esgotou, e os Senadores têm uma outra atividade, a Senadora Ana Amélia tem que se ausentar daqui a pouco, para um encontro na RBS. Então, peço, a todos, compreensão. Muito obrigada pela presença dos representantes, dos homens que nos estão auxiliando, nos prestigiando, mas, como esta foi uma audiência sobre o tema “Mulheres e a Reforma Política”, dou a palavra à Denise Argemi, da Comissão Especial da Mulher Advogada.

**A SRA. DENISE ARGEMI:** Bom-dia a todas e a todos! Cumprimento a Mesa, o meu querido Adeli, a nossa Senadora –nosso orgulho –, o meu caríssimo Senador e Paraninfo, nos anos 70, a querida Sofia e os demais, bom-dia! Bom, gente, o que eu queria dizer é muito simples. Sou advogada internacional há 28 anos, trabalho com mulheres e meninas que sofrem violência no Rio Grande do Sul e no mundo todo. O que eu queria dizer é muito simples, é mais uma reflexão, e, depois, talvez, faça uma proposição. Vejo que há coisas mais importantes para a Presidência da Mesa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. DENISE ARGEMI:** Com certeza, as questões são sempre muito importantes. Agora que consegui um pouquinho de unanimidade para me ouvirem, vamos ver se

consigo. O que eu quero dizer é o seguinte: o Rio Grande do Sul é líder em violência contra a mulher, principalmente de abuso e de estupro. Isso não sai nos jornais. Mais de 80% da população feminina do Rio Grande do Sul já sofreu ou ainda sofre abuso sexual. Isso é um dado, não sou eu que estou dizendo. No ano passado, estive no 1º Fórum Social Mundial da Serra, que aconteceu em Bento Gonçalves. Como sempre, mulheres trabalhando, correndo como formiguinhas de lá para cá. E os nossos homens, também, todos trabalhando. Quando foi momento de sentar à Mesa, não havia nenhuma mulher na Mesa. Pepe Vargas se deu conta e sugeriu que então uma subisse. Gente! Ninguém queria subir, parecia que era o bicho. Só que assim, nós somos mais de 55% da população votante no Brasil. Não quero dizer que nós trabalhamos mais do que os nossos homens, os nossos maridos, os nossos irmãos. Não. Mas trabalhamos pra caramba! Trabalhamos na rua, trabalhamos em casa, educamos nossos filhos. Temos que sofrer violência diária, assédio sexual, assédio psicológico, violência de todo gênero. O que eu quero dizer, na verdade? Eu acho que é chegada a hora de nós realmente, como disse aqui a Dalva, termos uma injeção, uma autoinjeção de coragem, sermos, não vou dizer estimuladas, porque chega – não é Dalva? – de sermos estimuladas pelos nossos homens. Nós não precisamos mais disso, nós temos estímulos suficientes. Eu acho que esses dados sobre a violência são realmente muito importantes. E seria importante que a gente realmente começasse a se mobilizar, independente das ideias políticas, dos Partidos, das políticas partidárias. Eu sou do PT hoje, viu Senador? Não sou mais do PMDB, como eu era quando criança. Mas eu continuo sendo brasileira, gaúcha de Uruguaiana e mulher militante. Acredito nas propostas, acredito nas boas pessoas. Acredito, sim, nas boas intenções, e acho que o Rio Grande do Sul, realmente, como disse o Tarso, vai ser um espelho para o Brasil e para o mundo. Acho que é chegada a hora de nós, mulheres do Rio Grande do Sul, nos levantarmos sem alarde, nós não precisamos fazer barulho, o barulho já está feito há muitos anos, e começarmos, efetivamente, a trabalhar. E que os nossos pares, os nossos colegas de Partido, os nossos companheiros, os nossos maridos, irmãos, pais nos auxiliem nessa caminhada que, para nós, não é uma caminhada nova, porque a gente vem assistindo, como espectadora... Eu tenho 52 anos... Senador, o senhor lembra como eram os anos 70? Eu tinha uns 13, 14 anos e já estava na política.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. DENISE ARGEMI:** Não, eu não tenho vergonha de dizer a idade, eu tenho orgulho dos meus 52 anos e de cada ruga que eu tenho no meu rosto. Eu quero dizer que a gente não é mais espectadora, a gente quer ser protagonista. Era isso aí, gente! Obrigada. (Palmas.)

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada, Denise Argemi.

O Ver. Antônio Baccarin, Presidente da União de Vereadores do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

**O SR. ANTÔNIO INÁCIO BACCARIN:** Nós queremos, neste ato, saudar a nossa companheira, Presidente da Casa, Sofia Cavedon; nosso companheiro de Partido, Sebastião Melo; o Adeli Sell, que tão brilhantemente tiveram a ideia e a grandeza de convidar o meu Líder maior, Senador Pedro Simon, e essa mulher que desponta não só como jornalista, mas na vida política, dando exemplo a este País, Ana Amélia, para que viessem aqui, na Casa do Povo, trazer esta Audiência Pública. E nada mais do que trazer à Casa do Povo, que é a Câmara de Vereadores. Dessa forma, nós, representando as 496 Câmaras deste Estado e os 4.584 Vereadores, nos sentimos no dever e na obrigação de viajar 500 quilômetros no dia de hoje, sair de Santo Ângelo às 3 horas da manhã, para estarmos aqui às 9 horas. Nós achamos primordial e de grande importância esse assunto que trata da reforma política. Que bom que estão trazendo este debate através das Audiências Públicas, e que não seja feito mais entre gabinetes ou entre quatro paredes, até porque nós temos que ouvir o povo. Vindo ao povo, meu caro Líder Pedro Simon e Senadora Ana Amélia, é a voz do povo, portanto, é o Parlamento municipal, são os Vereadores que formam a base da democracia e estão bastante preocupados com essa reforma política. Uma reforma política que, ao nosso ver, exclui, sim, a participação dos líderes, exclui a participação das mulheres, exclui a participação dos verdadeiros homens e mulheres que fazem a política no interior. Com lista fechada, eu jamais vou pensar que vai criar líder, eu jamais vou pensar que a mulher que olha o seu nome em 12º lugar, sabendo que uma Câmara de Vereadores vai eleger dois Vereadores, vai colocar o seu nome lá para concorrer. Eu jamais vou pensar isso! Eu jamais vou pensar que o Deputado

Estadual, o Deputado Federal, alguém que tenha a pretensão de concorrer, vendo que não tem voto dentro do diretório, vai figurar em primeiro, segundo ou terceiro lugar. Então, eu acho que tem que deixar o povo opinar, e o povo tem opinado. E o Brasil, infelizmente não está amadurecido o suficiente para nós termos uma reforma política com lista fechada. Infelizmente, não, nós estamos numa democracia, mas numa democracia entre aspas, porque as coisas começam lá em cima e vêm parar aqui embaixo. Eu jamais vi uma casa ser construída do teto ao alicerce; eu sempre vi ser construída do alicerce ao teto. Então, a democracia é isso, e o alicerce somos nós, que estamos aqui na base. E uso suas palavras, dizendo que as coisas não acontecem na União, as coisas não acontecem no Estado, as coisas acontecem no Município, e é no Município que têm que acontecer. E nós, como representantes da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul, queremos estar juntos, sim, porque é inadmissível que, no Rio Grande do Sul, que é o Estado mais politizado, onde tivemos velhas mulheres guerreiras, como Anita Garibaldi, nós tenhamos só dez por cento do quadro de Vereadores representado por mulheres. Há um puxão de orelha em toda a sociedade! Se a grande maioria é de eleitoras femininas, nós temos que saber o porquê. Por que a mulher não quer se inserir na política? Eu tenho uma pergunta que já é quase a resposta: é que nós temos que começar a dar exemplos, os homens têm que começar a dar exemplos. Eu não vi, por enquanto, nenhuma mulher que seja Ministra, Deputada, Senadora, Governadora, Deputada Estadual, Vereadora entrar em escândalos. E esses escândalos, infelizmente, na política têm tirado a mulher da política, porque a mulher por ser zelosa, por ser uma mulher cuidadosa e por ser uma mulher de caráter, muitas vezes não quer entrar na política, porque a política está, infelizmente, no nosso País, uma política suja. Suja por meia dúzia que sujam um quadro tão bonito, para o qual tanta gente deu o sangue e deu a vida para nós termos uma democracia. Quero deixar aqui a você, Presidente, V. Exa., que tem conduzido tão bem a Casa, ao Ver. Sebastião Melo, ao Ver. Adeli Sell, meus parabéns, nosso agradecimento em nome de todos os Vereadores do Rio Grande do Sul por essa bela iniciativa; e a esses dois ícones da política, esse velho guerreiro que me orgulha muito, Pedro Simon, e essa Senadora, que eu sabia que V. Exa., chegando a Brasília, ia revolucionar e tem feito isso, como aconteceu lá em Rio Pardo, no seu pronunciamento, e nós lá estávamos. Então, é um orgulho termos três Senadores de fibra, de garra e de caráter, de mãos e

cara limpa. Um abraço a todos e a União dos Vereadores do Rio Grande do Sul estará à disposição de vocês. Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. MEDIADORA PÚBLICA (Márcia Krieger):** Muito obrigada pelo seu pronunciamento, Ver. Antônio Inácio Baccarin, Presidente da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul.

Para dar encaminhamento ao término desta Audiência Pública “Mulheres e Reforma Política”, passo a palavra para a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

**A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon):** Muito obrigada, Márcia, pela condução, muito obrigada aos nossos Senadores, à Senadora Amélia Lemos e ao Senador Pedro Simon, acho que os elementos foram todos aqui colocados, inclusive, com a contundência necessária. Nós queremos agradecer às mulheres de todos os Partidos aqui presentes, porque ficou comprovado, acho que a Lara disse, que, no tema de gênero, nós temos uma compreensão muito semelhante, independente dos Partidos, porque quem faz a leitura da realidade percebe o tamanho dos mecanismos de opressão e de segregação e de violência simbólica sobre a mulher que a retira da vida política. Como encaminhamento, Ver. Sebastião Melo, Ver. Adeli, Senadora Ana Amélia, nós estamos registrando, as nossas taquigrafas estão aqui trabalhando, nós queremos agradecer-las, então, todas as falas estão registradas, nós mandaremos à Comissão de Constituição e Justiça, porque esta é uma Audiência Pública oficial. Queremos, mais do que termos o relato impresso e guardado, que o debate evolua de fato, e acho que isso foi feito aqui, porque essa escuta dos Senadores é muito importante. Teríamos que ter mais Deputados Federais, mas nós devemos seguir. Cada Partido, cada grupo de mulheres, coordenação de mulheres tem a tarefa de, dentro dos seus Partidos, chamar os seus Deputados Estaduais, Federais, Senadores, e fazer esse debate com a profundidade que não se oportuniza, muitas vezes, aos próprios homens. Então, acho que é muito importante nós sabermos que precisamos militar partidariamente, transformando o Partido e transformando a sociedade. Convido a todos, ainda terá várias atividades, mas a Câmara vai ter o “Seminário Internacional Os Eleitos, as (não) Eleitas”, dias 5, 6 e 7 de setembro. Não é só o debate da reforma política, teremos contribuições da Ciência Política. Em tempo, nós estaremos divulgando,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 13JUN2011

**Pauta:** Discussão sobre a Reforma Política que tramita no Congresso Nacional e a discussão da representação das mulheres no Parlamento.

---

as inscrições ainda não abriram, a Ciência Política da UFRGS está organizando conosco, será um momento muito forte de debate, de reflexão sobre o sistema político e com um corte de gênero muito marcado. Nós teremos, inclusive, a Deputada Constanza Moreira, Deputada uruguaia, outras Parlamentares do Brasil e cientistas políticas do mundo. E nós estamos convidando hoje, formalmente, a Senadora Ana Amélia para compor a mesa – redonda do dia 7 de setembro, espero que ela possa, é numa quarta-feira, no meio da semana, vamos ver se podemos construir isso. Muito obrigada pela presença de todos e de todas, parabéns ao fórum, parabéns a Ana Amélia, que nos propiciou este momento tão importante. Um abraço e bom-dia. (Palmas.)

(Encerra-se a reunião às 11h31min.)